



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ABERTURA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

Aos quinze dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, a partir das nove horas, no auditório da Escola Municipal "Professor Orlando Costa", no bairro da Cidade Alta, na cidade de Monte Alegre, reuniram-se representantes do Poder Público, da sociedade civil e cidadãos locais em audiência pública, convocada através de edital próprio publicado no dia 21 de dezembro do ano de dois mil e quinze (segue cópia em anexo), para abrir o processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Monte Alegre, constante da Lei Municipal nº 4.664/2006 (segue cópia em anexo), e aprovar o plano de ação proposto pela Comissão Executiva Municipal de Revisão do PDM, criada pelo Decreto nº 838/2015 (segue cópia em anexo). Os trabalhos foram iniciados às nove horas, sendo a mesa oficial integrada pelo prefeito municipal Arinos de Brito Chaves, o vice-prefeito Leonardo Albarado, vereadora Franceane Vasconcelos, representante do Poder Legislativo; Margarida Bernardo da Silva, representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Monte Alegre; Manuel Altamiro Miranda Mota, presidente da Associação Comunitária da Passagem, região do Lago Grande; Francisco Elinaldo da Silva, representante da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Waldir Rodrigues Figueiredo, presidente da Associação do Bairro Nova União, e Layre Porto de Oliveira, integrante da Comissão Executiva Municipal de Revisão do PDM. Para abrir oficialmente a audiência de revisão do PDM local, o prefeito Arinos Chaves saudou os presentes e falou da importância que tem o evento para o sucesso do planejamento municipal e a boa gestão participativa. Ele também aproveitou a ocasião para falar dos grandes problemas que encontrou na administração pública local ao assumir a Prefeitura de Monte Alegre, no dia 24 de dezembro do ano passado. Destacou as dificuldades que terá o município, neste e nos próximos anos, na execução das políticas públicas, principalmente pela indisponibilidade de recursos. Destacou, também, as primeiras medidas que já adotou para conter gastos com pessoal, para aumentar a receita municipal e responsabilizar judicialmente os responsáveis pelo caos que se instalou na administração municipal nos últimos anos. Ao final, afirmou estar confiante na participação popular nesse processo de revisão do PDM e garantiu apoio pleno aos eventos que serão realizados nesse período. Ele agradeceu a presença de todos e declarou aberto o processo de revisão do PDM de Monte Alegre. Em seguida, o representante da Ceplac se manifestou. Ele afirmou considerar muito importante o processo que se inicia com a audiência, que o novo PDM será decisivo às políticas públicas que serão executadas nos próximos dez anos no município e conclamou os presentes a participarem dos eventos vindouros. Francisco Elinaldo garantiu participação ativa da Ceplac no processo de revisão do PDM. O próximo integrante da mesa de abertura a falar foi o presidente da entidade comunitária da Aldeia, Manuel Altamiro. Ele afirmou ainda acreditar na importância do PDM, apesar de a atual lei ter sido ignorada pelos prefeitos municipais desde que foi aprovada, em 2006. Ele disse que o povo está descrente na política, principalmente porque tem sido enganado pelos seus representantes, mas que



acredita que a participação popular será decisiva para o resgate da boa política e para o respeito às leis de interesse da população, como o PDM. O líder comunitário afirmou que, para ser respeitada e cumprida, a lei do novo PDM deverá ser fiscalizada pela própria população. Finalmente, falando em nome do Legislativo Municipal, a vereadora Franceane Vasconcelos também lembrou a situação caótica em que se encontrava a administração pública ao ser assumida pelo prefeito Arinos Chaves, no dia 24 de dezembro passado. Ela afirmou que o município está sem capacidade de investimento em áreas críticas, como a saúde, mas que acredita na seriedade das decisões da nova administração municipal. Ela disse acreditar na participação popular no processo de planejamento municipal como um elemento essencial ao exercício da cidadania e garantia às decisões voltadas ao interesse da população. Encerradas as manifestações dos integrantes da mesa oficial de abertura, esta foi desfeita e, em seguida, iniciada a parte técnica da audiência, que foi conduzida por José Maria Pedroso, assessor técnico da Comissão Executiva Municipal. Inicialmente, e exibindo slides ilustrativos, ele fez uma breve exposição sobre o processo histórico que resultou na criação dos planos diretores municipais, citando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e o Estatuto das Cidades, que definem os fundamentos legais para o estabelecimento do planejamento participativo como instrumento para a gestão municipal. E historiou, também brevemente, como se deu o processo de mobilização e participação popular no processo de criação do Plano Diretor Municipal de Monte Alegre, no ano de dois mil e seis. Em seguida, também fez um rápido relato sobre o processo de revisão do PDM, destacando que Monte Alegre está atrasado nesse trabalho porque tardou a fazer adesão ao Programa Estadual de Ordenamento Territorial Urbano (Proturb), criado pelo governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Sedop), para assessorar os municípios paraenses com esse objetivo. Informou que a adesão de Monte Alegre somente foi feita no início do mês de dezembro passado (segue cópia em anexo), através de documento assinado pelo então prefeito interino Anselmo Picanço, e que a Comissão Executiva Municipal de Revisão do Plano Diretor de Monte Alegre, que será responsável pelo processo, foi criada pelo Decreto nº 838/2015, que também definiu sua composição (segue cópia em anexo). Em seguida, José Maria demonstrou aos presentes as etapas que deverão ser cumpridas até o mês de junho próximo, em cronograma que será exposto, debatido e aprovado pelos presentes, e que as fases são as seguintes: 1. Fase Preparatória, com a elaboração do Plano de Ação e capacitação da Comissão Executiva de Planejamento e Comissão de Técnicos que realizarão o diagnóstico da realidade atual; 2. Fase de Execução da Revisão, com a realização de diagnóstico da realidade atual, através da realização das leituras técnica, comunitária e compartilhada, com a elaboração de mapas temáticos, textos de análise e cruzamento de dados; 3. Fase de Avaliação da Legislação, com a criação de Grupos Temáticos (GT's), de forma que se possa realizar o cruzamento das informações da realidade atual com as diretrizes da Lei do Plano Diretor de 2006; 4. Fase de Proposições e Sistematização, para a elaboração de propostas que se tornarão diretrizes da Política de Desenvolvimento municipal; 5. Fase de Execução do Projeto de lei do PDMP, com a elaboração da minuta que será apresentada para aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores do Município de Monte Alegre, e a fase final, de Publicação do PDMP e instituição do Sistema Gestor. Como parte da primeira etapa do trabalho, ele informou que a Comissão Municipal do



PDM de Monte Alegre se reuniu no dia dezoito de dezembro e elaborou uma proposta de plano de ação para o processo de revisão do PDM, para ser debatida e votada pelas presentes. E passou a apresentar a proposta, exposta em telão e constante de material impresso entregue aos presentes. Esta foi a proposta: realização de Audiência Pública, no dia quinze de janeiro, para início do processo de revisão do PDM, com aprovação do seu plano de ação; reunião, no dia dezoito de janeiro, com representantes dos Poderes Públicos, entidades da sociedade civil e organizações populares, para a criação do Grupo de Acompanhamento da Revisão do PDM, com a finalidade de colaborar no trabalho de sensibilização e mobilização da população para o processo do PDM, além de divulgar seus eventos; reunião, no dia quatro de fevereiro, com líderes comunitários e populares da cidade e do meio rural de Monte Alegre para discutir e definir estratégia de sensibilização e mobilização da população para as reuniões comunitárias que serão realizadas na fase de leitura e diagnóstico da realidade atual. Postas à apreciação da plenária, estas propostas de reuniões foram aprovadas. Ato seguinte, o coordenador apresentou o calendário de reuniões comunitárias, assim proposto: na cidade de Monte Alegre, reuniões no dia dezois de fevereiro, com os moradores dos bairros Planalto, Pajuçara e Nova União, na Escola Municipal Irecê Moreira, às dezenove horas; no dia dezoito de fevereiro, com os moradores dos bairros Cidade Alta, Curaxi I, Curaxi II, Serra Oriental e Curintanfã, na Escola Orlando Costa, às dezenove horas; no dia vinte dois de fevereiro, com os moradores dos bairros Surubeju, Terra Amarela, Turu, Camarazinho, Serra Ocidental, Nova Olinda, Cidade Baixa, Centro e Papagaio, no Salão Paroquial de Santo Antônio, às dezenove horas. Colocadas à apreciação da plenária, estas propostas foram aprovadas. Em seguida, foi apresentado o calendário de reuniões comunitárias na zona rural do município: dia cinco de fevereiro, na comunidade Bom Jardim, às nove horas, com os moradores das comunidades da região da Costa do Amazonas; dia seis de fevereiro, na vila de Pariçó, às nove horas, reunião com os moradores das comunidades de Curralinho, Sapucaia e Pariçó; dia doze de fevereiro, às nove horas, na comunidade de Aldeia, com os moradores das comunidades da região do Lago Grande; dia doze de fevereiro, às quinze horas, na comunidade Murumuru, com os moradores da região do Maripá; dia treze de fevereiro, na vila da Canp, às nove horas, com os moradores da região da Colônia Agrícola Nacional do Pará; dia dezenove de fevereiro, na comunidade de Limão, às nove horas, com os moradores das comunidades da região do Limão; dia dezenove de fevereiro, na comunidade do Km 35, às quinze horas, com os moradores da região da PA-254 e; dia vinte de fevereiro, às nove horas, na comunidade de Mulata, reunião com os moradores das regiões da Mulata e Açaizal. Submetida à apreciação dos presentes, este calendário de reuniões comunitárias também foi aprovado. Para as etapas seguintes, as propostas apresentadas pela Comissão Municipal para as conferências e audiências públicas sofreram alterações, por coincidirem com datas comemorativas ou feriados, sendo aprovadas as seguintes datas: na fase de proposições e sistematização, foi aprovada a proposta de conferência municipal, no dia vinte de abril, para avaliação da Lei do atual PDM e aprovação das propostas para construção da Minuta do Projeto de Revisão da Lei do PDMP; para a fase de execução do projeto de lei, conferência municipal, no dia vinte e quatro de maio, para validação da minuta que será apresentada à Câmara Municipal de Vereadores do Município de Monte Alegre, para aprovação e; no dia vinte



e três de junho, audiência pública para publicação da Lei do novo PDMP, revisada e aprovada pela Câmara de Vereadores, e Instituição do Sistema Gestor (Conselho do Plano Diretor). Aprovado o Plano de Ação para a Revisão do Plano Diretor de Monte Alegre, o coordenador da Audiência Pública informou que a pauta do evento estava esgotada, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, às onze horas e quarenta e cinco minutos, cuja lista de presença teve o registro de duzentos e um participantes. Eu, Layre Porto de Oliveira, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelo senhor coordenador e membros da mesa dos trabalhos, acompanhada da lista geral dos presentes.

Monte Alegre (PA), quinze de janeiro de dois mil e dezesseis.

José Maria Pedroso
Coordenador

Layre Porto de Oliveira
Comissão Municipal/Secretária

Arinos de Brito Chaves
Prefeito Municipal

Franceane Vasconcelos
Poder Legislativo

Margarida Bernardo da Silva
STTR de Monte Alegre

Francisco Elinaldo da Silva
Ceplac Monte Alegre